



PELO FUTURO DO TRABALHO

Serviço Social da Indústria – Sesi DR/RO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Período de Janeiro a Dezembro de 2020.

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

O Serviço Social da Indústria – Departamento Regional Rondônia, é uma entidade de direito privado, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 9.403, de 25/06/1946, que tem por objetivo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

É uma entidade que presta serviços de Educação, Segurança e Saúde no trabalho, vida saudável e reponsabilidade corporativa, gestora de contribuições sociais, nos termos dos artigos 149 e 240 da Constituição Federal de 1988, estando, portanto, sujeita à auditoria do Tribunal de Contas da União.

A entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23/09/1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a entidade não apura lucro, portanto não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, artigos 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e Instrução Normativa nº 480/2004, artigo 3º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento e são isentas da COFINS.

Quanto as influências externas, no fim de 2019, a Organização Mundial de Saúde – OMS teve conhecimento da existência de um novo vírus nomeado como SARS-CoV-2 (Novo Coronavírus) que originou a doença COVID-19. Em março de 2020, a OMS declarou o estado de pandemia do Novo Coronavírus, e no Brasil, no dia 20 do mesmo mês, por meio do Decreto Legislativo nº 6, ficou reconhecido o estado de calamidade pública, com vigência inicial até 31/12/2020.

Neste contexto, levando-se em conta as consequências econômicas e financeiras decorrentes da Medida Provisória 932/2020 que, por três meses, reduziu as alíquotas das contribuições compulsórias para o Sesi e o SENAI em 50%, bem como a Medida Provisória 936/2020, que estabeleceu o Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, Serviço Social da Indústria – Departamento Regional Rondônia, decidiu pelas implementações das seguintes medidas:



PELO FUTURO DO TRABALHO

- Redução proporcional da jornada de trabalho e do salário em 25%, sendo que a redução da jornada de trabalho, com prazo de 90 dias de vigência desta medida.
- Instrutores e professores tiveram suas cargas horárias semanais reduzidas em 25%, preservando-se o valor do salário-hora, sendo levadas a banco as horas.
- Suspensão do contrato de trabalho, por período de 60 dias com início a partir de 01/05/2020, sendo prorrogado por mais 120 dias.

Considerando a edição dos decretos estaduais, que institui o Sistema de Distanciamento Social Controlado para fins de prevenção e combate à pandemia do novo coronavírus no Estado de Rondônia, professores, instrutores e grupos de riscos, cumpriram sua jornada de trabalho em regime home office. No que se refere as atividades de odontologia, devido a exigência do conselho Regional de Odontologia, permaneceu suspensa por 10 meses

No que diz respeito ao quadro funcional o SENAI/RO, em 2020 encerrou o ano com um quantitativo de 164 colaboradores, comparado com 207 em 2019. Houve, portanto, uma redução na ordem de 21%. A readequação do quadro de pessoal se deu pela otimização de recursos tecnológicos e melhor aproveitamento da força de trabalho.

2. Apresentação e Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e previstas na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, Lei Complementar nº 101/2000 e segundo o Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria.

Em 21/11/2008, o Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução CFC nº 1.131/2008, que trata das transações no Setor Público, abrangendo as entidades regidas pela Lei nº 4.320/1964, incluindo-se os serviços sociais autônomos, e a internacionalização das normas contábeis. O Ministério da Fazenda, através da Portaria MF nº 184/2008, estabeleceu diretrizes a serem observadas por essas entidades, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais.

Posteriormente, a Portaria STN nº 749/2009, instruiu que as entidades regidas pela Lei nº 4.320/1964, pudessem, de forma facultativa, adotar esses efeitos em 2010 e 2011, com a obrigatoriedade a partir de 2012. A portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais até o exercício de 2014. Nesse contexto, considerando que entidade observa a mencionada lei, em função de sua natureza jurídica de serviço social autônomo, já vem adotando medidas iniciais para adaptação de seus registros contábeis à essa nova realidade. A entidade nos termos do Artigo 150 – inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal, detém de imunidade tributária por meio das atividades desempenhadas.



PELO FUTURO DO TRABALHO

O modelo utilizado para as demonstrações contábeis do exercício de 2016/2015, foi alterado com intuito de cumprir o Acórdão 699/2016 TCU – Plenário, que recomenda um conjunto de ações com vistas ao aperfeiçoamento da transparência dos Serviços Sociais Autônomos.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Sesi/RO em 29 de janeiro de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas respectivas notas explicativas e referem-se aos efeitos decorrente da (a) perda estimadas de créditos de liquidação duvidosa; e (b) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

3. Ativo Circulante e Não Circulante

3.1 Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	5.167,06	113.880,32
Aplicações financeiras	18.479.546,10	23.541.994,04
Total	18.484.713,16	23.655.874,36

3.2 Créditos a Receber

Os valores a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas.



PELO FUTURO DO TRABALHO

Na rubrica Impostos a Recuperar, estão registrados valores a serem recuperados através de processo junto aos órgãos competentes ou fornecedores através de cobrança.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Clientes Correntes e Anteriores <i>(Prestação de Serviços de Educação, Saúde e Lazer.)</i>	12.690.301,07	9.191.720,27
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.373.534,39)	(7.520.944,48)
Adiantamento a Empregados e Concedidos <i>(Salários, férias e 13º salário concedidos aos colaboradores, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros)</i>	617.413,13	595.881,81
Departamento Conta Movimento <i>(Valores a receber referente avisos de lançamentos)</i>	2.285.555,91	2.224.770,22
Valores a Receber <i>(Cheques em cobrança)</i>	349.933,50	349.933,50
Receitas a Receber <i>(Valores de maior representatividade refere-se a receitas a receber provenientes do Departamento Nacional)</i>	592.518,18	432.621,35
Sistema Indústria Conta Movimento <i>(Valores referente operações comuns entre o Sesi e as demais entidade do Sistema Fiero - vide Nota Explicativa 4.6)</i>	556.349,57	75.338,81
Convênios – Arrecadação Direta <i>(Valores referente aos Termos de Cooperação Técnica assinados com a Indústria Rondoniense)</i>	397.055,16	252.386,41
Contas Correntes Ativas	10.868,41	28.127,69
Impostos a Recuperar	3.718,69	3.718,69
Total	9.130.179,23	5.633.554,27

3.3 Estoques

Os estoques são representados pelo valor de custo de aquisição, e é composto em sua maioria por materiais de expedientes a serem utilizados pela entidade.

3.4 Depósitos para Recursos Judiciais

São depositados em conta judicial/recursal para recursos em fase de contestação provenientes de ações trabalhistas e cíveis demonstradas pelo valor original.

3.5 Imobilizado

Descrição	Taxa anual Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Bens Imóveis	2% aa	12.788.044,95	12.788.044,95
Terrenos	-	428.577,07	428.577,07
Prédios	2% aa	3.353.080,62	3.353.080,62
Construções em Andamento	-	5.635.470,21	5.635.470,21
Instalações	-	2.276.914,91	2.276.914,91
Benfeitorias em Bens Imóveis Terc.	-	1.094.002,14	1.094.002,14





PELO FUTURO DO TRABALHO

Bens Móveis		13.422.865,18	13.762.133,20
Mobiliário em Geral	10%aa	2.016.117,87	2.047.483,43
Veículos	20%aa	3.534.993,72	4.080.993,72
Máquinas e Equip. em Geral	10%aa	3.365.560,77	3.376.282,23
Equip. Méd,Cirurg,Odont. e Labor.	10%aa	569.859,59	551.019,59
Equipamentos de Informática	20%aa	3.662.782,04	3.432.803,04
Equipamentos Esport.Artist.e Rec	-	150.400,70	150.400,70
Equipamentos de Comunicação	10%aa	61.275,62	61.275,62
Outros Bens Móveis	10%aa	61.874,87	61.874,87
Depreciação Acumulada		-12.415.338,78	-12.217.652,25
Total		13.795.571,35	14.332.525,90

4. Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

4.1 Impostos, Taxas e Contribuições a recolher

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	71.639,45	60.139,70
ISS	14.147,80	26.431,25
CSLL, COFINS e PIS/PASEP	3.776,66	6.440,43
Outros Impostos, taxas e contrib.	141,49	-
Total	89.705,40	93.011,38

4.2 Salários e Encargos a Pagar

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Salários a Pagar	270,65	-
INSS	221.007,53	310.187,94
FGTS	225.260,00	173.362,85
PIS	19.815,18	15.473,73
Total	466.353,36	499.024,52

4.3 Férias e 13º Salários a Pagar

Valor referente à provisão constituída de acordo com a legislação vigente e com base no período aquisitivo de cada funcionário, acrescida dos respectivos encargos sociais.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Férias	935.275,55	1.054.842,39
13º Salário	-	-
Outras Provisões	29.950,71	9.218,45
Total	964.226,26	1.064.060,84



PELO FUTURO DO TRABALHO

4.4 Departamento Conta Movimento

Com relação a Departamento Nacional (ativo), compreende a valores a receber às receitas registradas na competência dezembro/2020, tais como Arrecadação Indireta, Subvenções Ordinárias e Especiais. Por sua vez, a obrigação é constituída pelos valores a serem enviados ao Departamento Nacional referente à cota de 25% de Arrecadação Direta.

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Departamento Nacional	2.285.555,91	2.224.770,22

Passivo	31/12/2020	31/12/2019
Departamento Nacional	228.052,87	265.901,05

4.5 Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo

A rubrica contábil Empréstimos e Financiamentos em Curto prazo são compostos por valores oriundos de financiamento junto ao Departamento Nacional a serem quitados no exercício de 2021.

4.6 Sistema Indústria Conta Movimento

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
SENAI	513.326,82	74.346,78
FIERO	28.708,23	595,21
IEL	14.314,52	396,82
Total	556.349,57	75.338,81

Passivo	30/09/2020	31/12/2019
SENAI	1.330.054,17	101.010,76
FIERO	43.144,71	147.209,27
IEL	50.095,43	52.122,89
Total	1.423.294,31	300.342,92

4.7 Contas Correntes Passivas

Nas rubricas apresentadas a seguir, a maior representatividade em valores é composta por Apoios Financeiros recebidos pelo Departamento Nacional para serem apropriados no grupo de receita conforme execução, configurados em Projetos Estratégicos, voltados para Saúde, Lazer e Educação, e de Subvenção extraordinária voltada para reformas, melhorias e construções na entidade.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Projetos Saúde	588.193,06	668.003,43
Projetos Educação	70.200,32	53.593,36
Poup. Comp. Proj. Vira Vida	-	72.317,79
Projetos Gestão	8.050.575,13	7.528.249,42
Recursos a Classificar	3.267,12	3.096,66
Total	8.712.235,78	8.325.260,66



PELO FUTURO DO TRABALHO

4.8 Outras Obrigações

A rubrica de maior representatividade corresponde aos contratos de serviços a serem prestados, os quais serão apropriados em contas de receitas de acordo com a carga horária realizada, em consonância com os princípios contábeis, no montante de R\$ 4.107.601,12

4.9 Empréstimos e Financiamentos

A rubrica contábil Empréstimos e Financiamentos em Longo Prazo é composto pelo valor oriundo de financiamento junto ao Departamento Nacional no montante de R\$ 250.252,41. Não compreende aos valores, o registro de correção monetária, os quais são registrados mensalmente conforme competência.

4.10 Contingência para Riscos Cíveis e Trabalhistas

As contingências judiciais e cíveis são provisionadas com base em relatórios fornecidos pela Assessoria Jurídica da FIERO, em alguns casos amparadas por depósitos judiciais.

Na data das demonstrações contábeis, a entidade apresentava os seguintes passivos, correspondentes aos prováveis desembolsos para pagamento de ações judiciais.

Descrição	Depósitos Judiciais	Provisão Judiciais	Valor Líquido
Contingências Trab. Acumulada	156.950,47	1.269.782,26	1.112.831,79

As demandas judiciais trabalhistas consistem principalmente em reclamações de ex-empregados, e de empresas terceirizadas onde a entidade responde na condição de solidária. Essas reclamações estão vinculadas a disputas sobre o montante pago durante a vigência do contrato de trabalho ou sobre demissões.

4.11 Patrimônio Social

O patrimônio líquido da entidade após apuração do resultado do exercício apresenta o valor de R\$ 32.972.188,07.

	31/12/2020
Saldo no início do exercício	27.845.333,06
Superávit exercício	5.126.855,01
Saldo no final do exercício	32.972.188,07

5. Variação Financeira

As disponibilidades financeiras (caixas e equivalentes de caixa) se apresentam da seguinte forma:

Descritivo	2020
Saldo Financeiro do Exercício Anterior	23.655.874,36
Saldo Financeiro do Exercício Atual	28.493.502,73
Resultado Financeiro Positivo	4.837.628,37



PELO FUTURO DO TRABALHO

6. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial calculado até 31 de dezembro de 2020 foi superavitário em R\$ 3.048.124,04.

Orçamentária	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Correntes	33.986.568,85	39.750.507,83
Receitas de Capital	1.986.080,64	2.585.550,41
Despesas Correntes	(29.262.474,14)	(33.656.486,74)
Despesas de Capital	(1.094.323,11)	(2.715.550,00)
Déficit/Superávit Orçamentário (a)	5.615.852,24	5.964.021,50
Variações Patrimoniais/Financeiras		
Variação Patrimonial Ativa	1.673.057,24	4.468.939,03
Variação Financeira Ativa	434.644,47	1.923.579,84
Variação Patrimonial Passiva	(1.374.623,68)	(2.798.765,91)
Variação Financeira Passiva	(1.222.075,26)	(2.401.251,29)
Déficit Patrimonial (b)	-488.997,23	1.192.501,67
Déficit/Superávit do Exercício (a + b)	5.126.855,01	7.156.523,17


Pamela Duarte S. Mendes
Contador - CRC/RO 8350/O-9
Supervisora Contábil


Alex Antônio C. Santiago
Superintendente Regional
SESI DR/RO